

# Mata Atlântica, o tesouro ameaçado

**Desmatamento feito com autorização do Ibama devasta santuário ecológico no lugar onde Brasil foi descoberto**

Cristina Ávila  
 Enviada especial

**P**orto Seguro — Além dos verdes mares e da bela poesia, a Bahia tem muitos outros privilégios. No litoral, espécies raras habitam a Mata Atlântica. A floresta, valiosa por sua formação biológica, física e geológica, recebeu no aniversário de 500 anos do Brasil o título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural oferecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

É a chamada Costa do Descobrimento, formada por 112 mil hectares espalhados em oito áreas protegidas no sul da Bahia e norte do Espírito Santo. O solo baiano tem um recorde no planeta — 474 espécies de árvores por hectare, conforme a organização não-governamental SOS Mata Atlântica, criada em 1986 para preservar a mata litorânea brasileira. Mas esse santuário ecológico está ameaçado por madeireiros, que desmatam com a autorização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com apoio de uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o título conferido pela Unesco traz facilidades de obtenção de investimentos internacionais e ajuda a atrair empresas interessadas no desenvolvimento do ecoturismo. No Brasil, apenas o Parque Nacional do Iguaçu (PR) e o da Serra da Capivara (PI) faziam parte da lista de patrimônios mundiais naturais. Mas a SOS Mata Atlântica alerta que o Parque Nacional do Iguaçu, onde estão as cachoeiras do Iguaçu, hoje é parte dos patrimônios em risco e pode perder o título da Unesco por causa da reabertura da Estrada do Colono, que corta a sua mata.

O coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes), José Augusto Tosato, lembra que o Ibama liberou a retirada de 2.136 caminhões carregados com toras de madeira da Costa do Descobrimento, no extremo sul da Bahia. Cada árvore derrubada cai em cima de pelo menos outras 20, provocando destruição múltipla.

Os ambientalistas de ONGs consideram muito arriscada a exploração de uma floresta que tem apenas 3,5% de sua área original. Especialmente porque, no extremo sul da Bahia, a média de desmatamento é superior à média de destruição de áreas de Mata Atlântica em outros estados, que é de 7%.

## BRECHA LEGAL

A exploração comercial dos recursos naturais é feita por meio dos planos de manejo, baseados em estudos que garantem a reposição de espécies e o retorno de investimentos financeiros. Mas os ambientalistas denunciam que, na Mata Atlântica, esses planos de manejo servem apenas como máscara burocrática para esconder a destruição da floresta.

O chefe da Divisão de Controle e Fiscalização do Ibama na Bahia, Alberto Gonçalves, condena os planos de manejo: "São absurdos. No extremo sul da Bahia, desde fevereiro foram apreendidos 355 metros cúbicos de madeiras nobres. O maior crime ambiental que já vi por aqui."

Gonçalves está investigando rotas de exportação pirata de

pau-brasil. "Isso deve fazer parte de uma rede de contrabando internacional, para fornecimento a fabricantes de arcos de violinos na Europa", acredita. Ele estima que a quantidade apreendida "é uma gota d'água" no mar de destruição. Nas áreas onde foram feitas as apreensões nesse ano, o Ibama constatou 88 hectares desmatados.

A permissão dos planos de manejo é consequência de uma brecha oferecida pelo Conama. Em abril de 1998, por meio da resolução 240, o conselho suspendeu provisoriamente a exploração de madeiras nativas da Mata Atlântica na Bahia, até que fossem concluídos levantamentos das áreas de remanescentes florestais, das populações das espécies de interesse comercial e estudos sobre os impactos da exploração. Porém, a ordem não durou muito.

## RETROCESSO

"Os estudos não foram feitos e a resolução foi flexibilizada", resalta José Augusto. A flexibilização veio por meio de outra resolução do Conama, de número 248, no ano passado. "Essa segunda medida determinou estudos mais simplificados e estabeleceu novas regras para os planos de manejo. E os resultados não foram apresentados à Câmara Técnica Temporária da Mata Atlântica do Conama", ressalta.

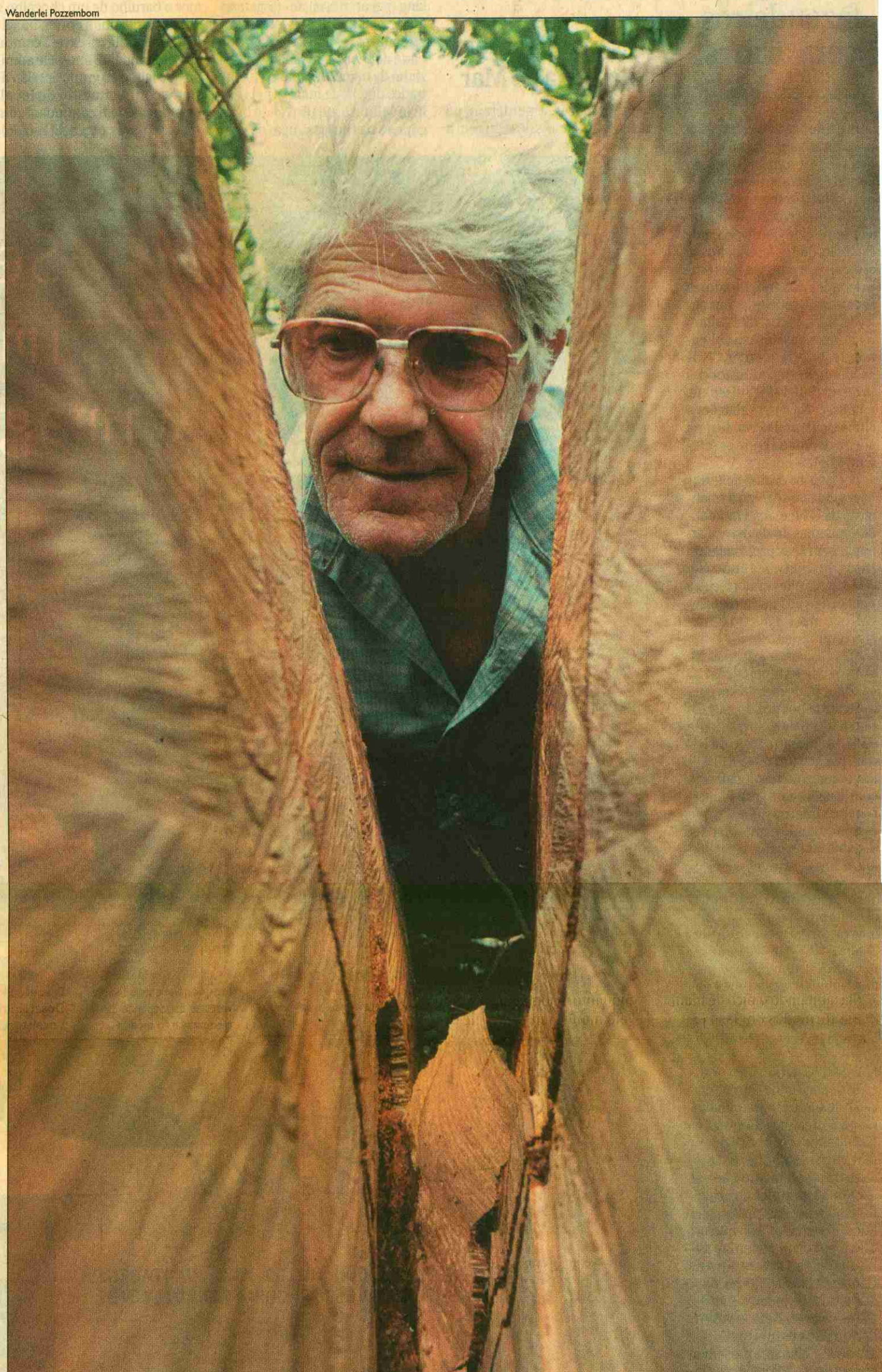
A 10 km da rodovia BA-001, cerca de 15 km do distrito do Arraial da Ajuda, as propriedades que têm planos de manejo estão com as matas cheias de clareiras. "É uma estupidez. Isso aqui é madeira nova, recém-derrubada. É só ver pela cor e pelo cheiro", afirma Francisco Noia, 69 anos, mostrando estacas de braúnas e troncos de parajus, no entorno do Parque Pau Brasil.

Francisco Noia e outras 200 famílias reclamam na Justiça, desde 1974, a propriedade de fazendas onde os madeireiros estão desmatando. O presidente da Associação Rio da Barra dos Pequenos Proprietários de Terra do Vale Verde (distrito de Porto Seguro), Geraldo Pereira dos Santos, afirma que essas áreas foram grilladas por uma empresa que fornecia madeira para fabricantes de compensado.

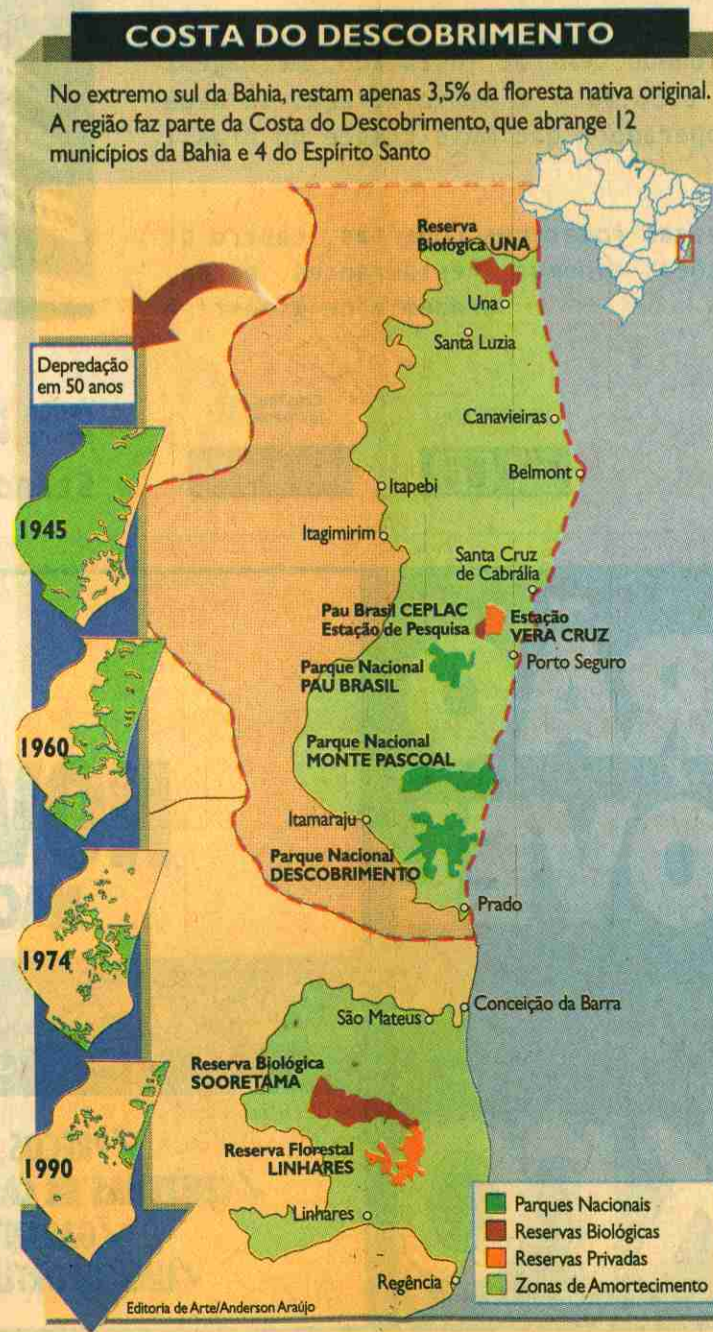
Hoje os pequenos proprietários, que também derrubaram árvores no passado, têm consciência de que podem investir em ecoturismo, sem devastação da floresta. Eles têm até um site na internet ([www.vrnet.com.br/arb](http://www.vrnet.com.br/arb)) com informações sobre a região. E contam com a assessoria das ONGs para buscar alternativas de negócios sem danos ecológicos.

"Encontramos muitos bichos mortos em áreas de planos de manejo. Principalmente sagüis e araras", lamenta o biólogo Djalma da Nóbrega Ferreira, da Fiscalização do Ibama. Ele explica que geralmente os animais morrem de fome, mesmo havendo alimentos nas matas, porque não podem chegar onde está a comida, por temerem as pessoas e os barulhos do desmatamento.

Nailton Oliveira de Souza, de 43 anos, também membro da Associação Rio da Barra, mostra uma escada feita com pedaços de pau pregados em uma árvore com cerca de 20 metros de altura. Por um buraco no tronco, chega o último degrau: "É para pegar filhotes de papagaio. As estradas estão cheias de gente vendendo papagaio. Os turistas compram por R\$ 20, 30. Isso é comum aqui no extremo sul da Bahia."



O posseiro Noia, entre as árvores derrubadas na região de Porto Seguro: ação de grileiros transforma o nobre pau-brasil em arco de violino



## Conama tenta saída

As ameaças à Mata Atlântica podem ser alvo de outra resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, convocou uma reunião extraordinária do conselho para o dia 25 de maio, quando será discutido o cancelamento das autorizações para desmatamento concedidas pelo Ibama.

"Os remanescentes da Mata Atlântica estão protegidos em unidades de conservação e, assim, a extração de qualquer madeira nativa na região é ilegal", disse o ministro, por meio de uma nota distribuída por sua assessoria. Na opinião de Sarney Filho, o cancelamento dos planos de manejo impedirá a destruição dos 3,5% restantes da Mata Atlântica no sul da Bahia.

O presidente da Câmara Técnica da Mata Atlântica do Conama, Paulo Finotti, que também preside a ONG Sociedade de Defesa do Meio Ambiente (Soderma, de Ribeirão Preto/SP) disse que a reunião extraordinária do conselho em maio é consequência das reivindicações de organizações não-governamentais. "Não existe fiscalização nos planos de manejo. São uma máscara para encobrir desmatamento", comenta.

Mas os problemas da Mata Atlântica não vão terminar se houver uma solução apenas para o extremo sul da Bahia. Se-

gundo Paulo Finotti, a Mata Atlântica vem sofrendo sérios danos em outros estados. "Além da Bahia, os casos mais complicados são no Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo", explica.

## POLÊMICA

O superintendente do Ibama na Bahia, José Guilherme da Motta, acredita que a proibição dos planos de manejo vai provocar ainda mais destruição: "A guerra vai ser pior." Ele diz que a proibição vai reprimir a oferta de madeira, aumentando o preço do produto e multiplicando o número de exploradores. "Com o preço maior, todo mundo vai querer entrar na floresta, encher o caminhão e ir embora. A fiscalização vai ficar mais difícil", acrescenta.

José Guilherme ressalta que os planos de manejo foram autorizados pelo Ibama na Bahia depois de estudos cuidadosos: "Não entendo como as ONGs são contra o desenvolvimento sustentado. Também não entendo porque não reclamaram quando foram apresentados os estudos determinados pela resolução 248. Eu sou testemunha de que os estudos foram apresentados ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), na presença das ONGs. E ninguém reclamou." (C.A.)